

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 11 de setembro de 2006*

Pais dos pobres

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Lula gosta de se comparar a Getúlio Vargas. Afinal, os dois se empenharam em construir a imagem de pais dos pobres. E, de fato, essa comparação tem a sua utilidade, embora talvez não sob a ótica que Lula parece preferir. A saga getulista é rica em lições quanto aos perigos do populismo. Lições que podem ser extraídas de qualquer avaliação competente dos governos de Getúlio Vargas.

Recentemente, a editora Companhia das Letras lançou coleção de biografias intitulada Perfis Brasileiros. Entre os primeiros livros publicados está Getúlio Vargas: O Poder e o Sorriso (São Paulo, 2006), escrito por Boris Fausto, decano dos historiadores brasileiros e herdeiro de Sérgio Buarque de Holanda na organização da História Geral da Civilização Brasileira. O livro é uma introdução útil a Getúlio Vargas, embora marcado por uso idiossincrático da bibliografia disponível e prejudicado pela decisão, adotada para toda a coleção, de não incluir notas. A maior intimidade do autor com o primeiro período Vargas (1930-1945) é evidente, e o segundo período Vargas (1951-1954) é tratado de forma bem menos convincente. É uma pena, pois as lições mais úteis para os dias de hoje são exatamente as que se referem ao início dos anos 50.

Nos anos 30, Getúlio Vargas demonstrou razoável compromisso com a austeridade financeira. Sua maior aventura foi a suspensão do pagamento da dívida externa em 1937, remendando os erros da política cambial de 1935-37, estumado por parlapatices integralistas e da cúpula militar. Durante a 2ª Guerra Mundial, especialmente a partir de 1942, o governo foi incapaz de controlar a inflação, que andou beirando os 20% anuais, recorde absoluto desde os tempos do Encilhamento. Mas, mal ou bem, o controle da política macroeconômica permaneceu nas mãos do ministro da Fazenda. No segundo período Vargas, o presidente foi incitado por Osvaldo Aranha a optar por uma estratégia "Campos Salles-Rodrigues Alves", isto é, pôr ênfase inicial na estabilização e só depois pôr ênfase na realização de obras. A despeito disso, Getúlio decidiu-se por uma equipe de governo que se revelaria um arranjo desastroso. Na área econômica, escolheu para ministro da Fazenda Horácio Lafer, comprometido com um programa econômico ortodoxo. Mas escolheu, também, Ricardo Jafet, outro industrial paulista e financiador importante da sua campanha presidencial, como presidente do Banco do Brasil. Lafer enfatizava o equilíbrio fiscal, embora também estivesse comprometido com a implementação dos projetos definidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, lançada ainda no governo Dutra. A ênfase no controle inflacionário justificou também considerável aumento de importações, o que gerou importantes atrasos comerciais que seriam financiados com grande dificuldade no futuro. Jafet, por seu lado, adotou política de forte expansão de crédito no Banco do Brasil, minando direta e abertamente o esforço fiscal promovido pelo ministro da Fazenda, dada a promiscuidade entre as

contas do Tesouro e do Banco do Brasil. Esta incoerência absurda acabou por levar à ruína a política de estabilização, contribuiu de forma importante para enfraquecer politicamente o governo e está na raiz da crise que levou ao suicídio o presidente e à verdadeira ópera bufa que marcou a vida política brasileira até que Juscelino Kubitschek tomasse posse, no início de 1956.

Como tem demonstrado a atual campanha eleitoral, na hora da verdade, o que Lula tem a mostrar no seu primeiro mandato é o relativo sucesso da sua política macroeconômica e de programas de pura e simples transferência de renda, em muitos casos com tene relação com a desejada melhoria de padrões educacionais. À medida que se confirmam as previsões de vitória de Lula, talvez no primeiro turno, as dúvidas concentram-se na continuidade da adoção das políticas do primeiro mandato. Tanto as desastrosas quanto as bem-sucedidas.

No capítulo das políticas desastrosas, por exemplo, há embaixadores veteranos que insistem na idéia de que haverá mudança na política externa, dados os pífios resultados no primeiro quadriênio. Gostaria de compartilhar esse otimismo. Parece, entretanto, partir da falsa premissa de que há espaço para racionalidade no atual processo decisório do Itamaraty. Quanto à bem-sucedida política macroeconômica, merece reflexão a disposição recentemente demonstrada pelo presidente de ouvir, como se fossem alternativas sérias, as idéias de conhecidos corifeus que defendem políticas óbvias para alcançar o paraíso com taxas de juros baixas e câmbio mais desvalorizado. Especialmente porque tais idéias parecem firmemente enraizadas em meios empresariais que têm dificuldade em separar seus interesses conjunturais dos interesses de prazo mais longo do País e deles mesmos. A reação das "classes produtoras" à recente decisão do Banco Central de reduzir a taxa Selic em 0,5% - "devia ter sido muito mais" - só pode causar desalento quanto ao compromisso que possam ter em relação a um Brasil viável no longo prazo.

Para que Lula tenha desempenho econômico minimamente razoável no segundo mandato é fundamental que assegure continuidade da política monetária e trate com seriedade cortes de gastos e melhoria da qualidade do dispêndio necessário para conter o aumento da carga tributária. As lições da História indicam que políticas econômicas imprudentes podem levar à desestabilização política. O candidato tem afirmado que sua política macroeconômica atual é intocável. Em 2003, Lula surpreendeu, levando a sério seus compromissos quanto à política econômica explicitados na Carta ao Povo Brasileiro. Esperemos que não nos surpreenda de novo, só que com o sinal contrário.

*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio